

Prontos para resistir

Sheila Messerschmidt e
Samanta Sallum
Da equipe do **Correio**

A menos de 12 horas do início da operação de retirada dos 4 mil invasores do Condomínio Itapuã IV, uma decisão judicial garantiu, pelo menos por enquanto, a permanência dos moradores no local. No final da tarde de ontem, a Gerência de Patrimônio da União teve de suspender a ação de reintegração de posse da área, prevista para hoje às 7h30.

A União, dona da área de 50 mil metros quadrados ocupada desde o dia 21 de setembro, havia conseguido na Justiça ter de volta a posse da área. A Polícia Militar já tinha destacado 500 homens para ir hoje ao local, na margem da DF-250, divisa de Sobradinho e Paranoá. Depois de receber informação da Justiça Federal, a Gerência de Patrimônio da União cancelou a operação.

A decisão da Justiça Federal, que deu direito à permanência dos invasores, será entregue oficialmente hoje à Gerência de Patrimônio da União. O órgão vai recorrer da decisão. "O juiz deve ter sido induzido ao erro", comentou o gerente regional de Patrimônio da União, Raimundo Ribeiro. "Mas vamos respeitar a decisão e, por isso, cancelamos a operação de hoje", disse.

No sábado, quatro invasores já tinham conseguido o direito a permanecer no local. O juiz Antônio Ezequiel, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, concluiu que não está clara a propriedade da área pela União e decidiu que os ocupantes não poderiam ser retirados.

BARRICADAS

Representantes da Gerência de Patrimônio da União, policiais e oficiais de Justiça chegaram a ir ontem de manhã à invasão para tentar convencer os invasores a saírem voluntariamente. Foram recebidos com barricadas de paus e pneus. A reação dos invasores foi contida pela presença de 100 homens do 13º Batalhão de Polícia Militar (BPM), de Sobradinho.

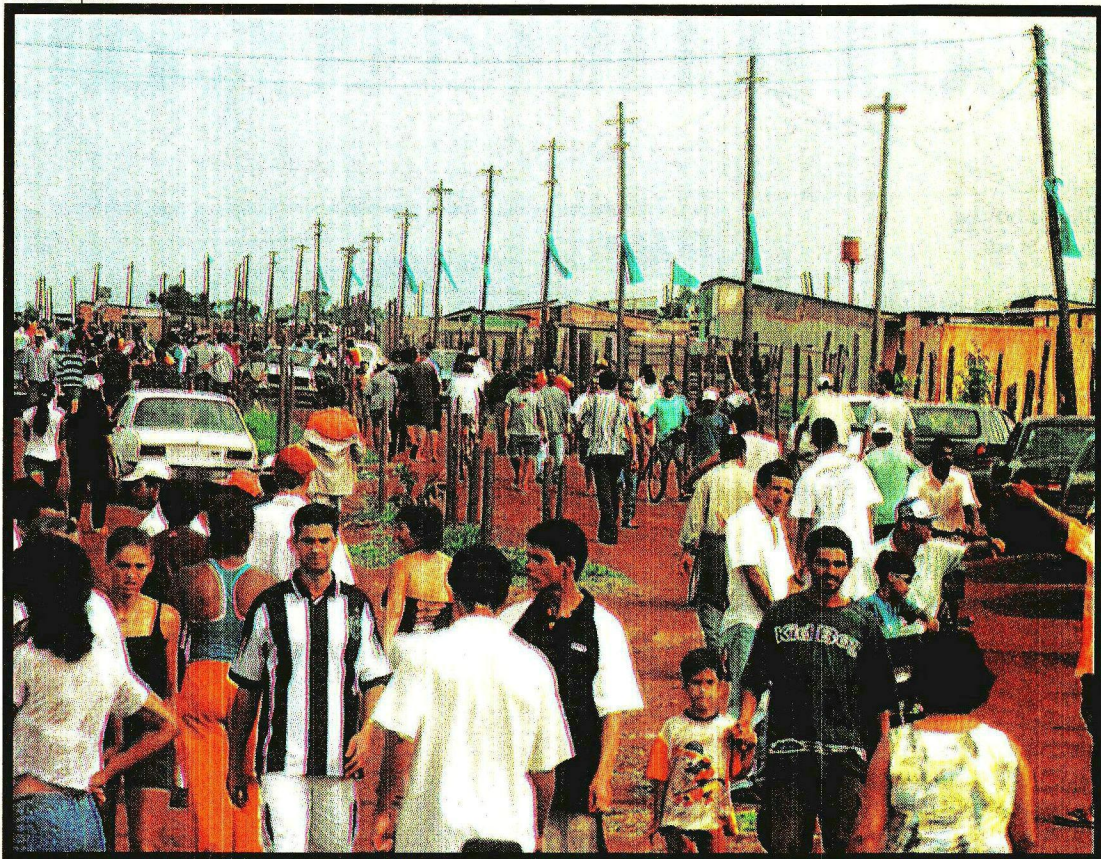
Toda a estrutura montada ontem pela Gerência Regional de Patrimônio da União (GRPU) — 200 serventes, cinco caminhões, sete ônibus e o próprio depósito do órgão para guardar móveis — não serviu para coisa alguma. Ninguém aceitou deixar a área. "Nós vamos é lutar. Na Estrutural teve de morrer uns pra eles ficarem. Aqui também vai ser assim", gritou um dos invasores, lembrando a legalização da invasão da Estrutural pela Câmara Legislativa.

O invasor indignado mora de aluguel no Paranoá e colocou uma barraca de lona num dos lotes, onde vai "de vez em quando" para garantir a posse. "Só vou construir depois que estiver tudo garantido", justificou, pedindo para não ser identificado.

Às 9h20, cerca de 200 pessoas se aglomeraram em uma das entradas da área da invasão para ouvir a leitura do mandado de reintegração de posse, concedido pelo juiz federal Osmane Antônio dos Santos. Utilizando o megafone de uma caminhonete da Polícia Federal, o oficial de Justiça Walter Matos explicou aos invasores que, caso ficassem, seria usada força policial. Mas o alerta acabou perdendo efeito no final da tarde, quando saiu nova decisão judicial.

O oficial de Justiça orientou os invasores a voltarem a suas antigas moradias. "Não tenho mais pra onde ir. Paguei R\$ 350 pelo meu lote aqui e já gastei R\$ 500 em material. Onde vou arranjar dinheiro para pagar um aluguel?". A reclamação era da viúva Nilza Rufo Rodrigues, 65 anos, que mora na invasão com uma neta de 11 anos desde o último dia 20.

Antônio Siqueira



OS 4 MIL INVASORES RECEBERAM ONTEM UM ULTIMATO PARA SAIR, MAS PROMETERAM RESISTIR